

21 Custo das vendas

	2015	2014
Arrendamento	(2.591)	(1.191)
Pessoal	(10.402)	(6.920)
Insumos	(7.428)	(2.263)
Máquinas	(8.661)	(3.187)
Transporte	(2.156)	(540)
Outros custos	(439)	(3.122)
	<u>(31.677)</u>	<u>(17.223)</u>

22 Despesas administrativas

	2015	2014
Salários e encargos	(11.261)	(7.313)
Prestação de serviços	(2.099)	(697)
Depreciação e amortização	(5.183)	(770)
Aluguéis	(2.053)	(133)
Combustíveis	(183)	(22)
Manutenção	(249)	(454)
Provisão para contingências	(7.140)	(52)
Viagens e estadias	(668)	(52)
Outras despesas administrativas	(2.033)	(522)
	<u>(30.869)</u>	<u>(9.963)</u>

23 Receitas e despesas financeiras

	2015	2014
Juros incorridos	(13.191)	(12.039)
Variação cambial passiva	(26.334)	(7.477)
Imposto sobre operação financeira - IOF	(1.682)	(583)
Outras despesas financeiras	(1.918)	(1.057)
	<u>(43.125)</u>	<u>(21.156)</u>
Despesas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	7.587	8.603
Variação cambial ativa	25.052	
Descontos obtidos	332	225
	<u>32.971</u>	<u>8.828</u>
Receitas financeiras		
Despesas financeiras, líquidas	<u>(10.154)</u>	<u>(12.328)</u>

24 Instrumentos financeiros derivativos

O valor nocional do instrumento financeiro derivativo em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 55.000, representado por contrato de empréstimo firmado em Dólares Norte Americanos que foram convertidos em moeda nacional, nas respectivas moedas, futuros ("forwards"), pelos quais a Companhia assume a variação entre a taxa fixa pré-contratada e um percentual do CDI e o banco assume a variação da cotação da respectiva moeda para a data do vencimento.

O instrumento financeiro derivativo é contratado com instituição financeira de primeira linha, no Brasil com o Banco Caixa Geral, com sede em São Paulo.

O contrato de instrumento financeiro derivativo possui a seguinte data de vencimento:

Operação	Vencimento	Valor nocional	Valor justo do derivativo (Ativo) - 31 de dezembro de 2014
SWAP	29/05/2015	55.000	6.307
		<u>55.000</u>	<u>6.307</u>

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

Futuros - são avaliados pelo valor presente da diferença entre o valor estimado do ativo para a data do vencimento, obtido pela interpolação de dados de mercado informados por aquele mercado na data-base, e o valor de referência do contrato no vencimento (*strike price*).

25 Seguros

A Belem Bioenergia Brasil S.A. não mantém seguro da plantação face não haver seguro agrícola para a cultura de dendê no Brasil.

São reconhecidos os riscos e estão minimizados com o manejo adequado, que inclui o acompanhamento e controle fitossanitário da cultura, com vigilância motorizada contra fogo e entrada de pessoas não autorizadas na Exploração.

26 Eventos subsequentes

A Petrobrás Biocombustível S.A. ("PBIO") e Galp Bioenergy BV ("GALP") efetuaram aportes de capital entre os meses de janeiro a maio de 2016, conforme abaixo:

Empresa	Data	Valor
PBIO	01/02/2016	2.300
PBIO	02/03/2016	3.000
PBIO	04/03/2016	7.000
PBIO	14/04/2016	10.000
PBIO	02/05/2016	5.000
PBIO	19/05/2016	6.000
GALP	05/01/2016	3.200
GALP	29/01/2016	2.300
GALP	12/02/2016	8.000
GALP	25/02/2016	2.000
GALP	29/03/2016	10.000
GALP	28/04/2016	5.000

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Greenhalgh Barreto Neto
Presidente do Conselho de Administração

Ana Lúcia de Almeida Hugo Braga
Conselheira

Tomaz Andres Barbosa
Conselheiro

Hugo Felipe Gomes Pereira
Conselheiro

Antônio Sérgio Nunes de Almeida
Conselheiro

Gonçalo Judice Pargana Antunes Barradas
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Danúbio Ilo Saraiva de Sousa
Diretor Presidente

Jades Marques de Miranda
Diretor Agroindustrial

Bruno Miguel Albuquerque Pimentel Lopes
Diretor Administrativo e Financeiro

Eduardo Gonçalves Pereira Júnior
Diretor Comercial

Antonio Lourinho da Silva
Gerente Financeiro - CRC-PA 009157/O-

Gleice Luana Cardoso de Farias
Contadora CRC - PA 015351/0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Aos Administradores e Acionistas
Belem Bioenergia Brasil S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras da Belem Bioenergia Brasil S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigên-

cias éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Belem Bioenergia Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 30.279. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, suscita dúvida substancial sobre sua continuidade operacional. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Recife, 25 de maio de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" PA

Gustavo dos Santos Amud
Contador CRC 1RJ085031/O-0 "S" PA